

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco muda regras para negociar dívidas em discussão na esfera administrativa 2

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência está na raiz da bomba fiscal (Editorial) 3

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto para milionários pode ser menor 4

A GAZETA - MT - ECONOMIA
ECONOMIA

47% das empresas estão inadimplentes 5

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Custo da cesta básica em Belém tem redução em junho 6

Fisco muda regras para negociar dívidas em discussão na esfera administrativa

Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** alterou algumas regras da negociação feita com o órgão - a chamada transação tributária - para o pagamento de dívidas que estão em discussão na esfera administrativa. As mudanças constam na Portaria nº 555, publicada essa semana no Diário Oficial da União.

A norma revoga a Portaria nº 247, que regulamentava a transação desses créditos tributários, que ainda não foram inscritos na dívida ativa. Não abrange, portanto, valores em discussão no judiciário.

Alguns procedimentos previstos na Portaria 247 foram atualizados para adequação às normas vigentes e também "para dispor de maneira mais clara" sobre os procedimentos de transação, segundo a Receita explicou em nota em res-

posta ao Valor. A mudança "proporcionará segurança jurídica aos acordos de transação celebrados", conforme o órgão respondeu.

Entre as novidades está a redução do valor para transações individuais de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal, que agora pode ser igual ou superior a R\$ 5 milhões. Antes, só era possível o acordo individual para débito tributário de valor igual ou superior a R\$ 10 milhões.

Já o contribuinte responsável por créditos tributários em contencioso administrativo fiscal, na faixa de valor igual ou superior a R\$ 1 milhão e inferior a R\$ 5 milhões, passará a poder celebrar com a **Receita Federal** a transação individual simplificada.

A advogada Natalie Matos, do escritório Mattos Filho, alerta para a obrigação do contribuinte que fizer a transação de manter a regularidade fiscal com a Fazenda pelo prazo de 90 dias. Esse ponto não estava na regulamentação anterior de forma expressa, segundo a tributarista. "Nas transações individuais isso até poderia estar sendo exigido, mas não estava previsto na portaria para a transação por adesão", afirmou.

Outro ponto de atenção, segundo a advogada, é que a nova norma também traz restrições ao uso de prejuízo fiscal, o que é relevante para os contribuintes porque

permite a quitação da dívida sem que eles tenham que fazer o desembolso de valores. Agora, esses valores só poderão ser usados para abater o débito tributário, se demonstrada a relevância para o plano de regularização fiscal, enfatiza Natalie.

Além disso, o prejuízo fiscal não poderá ser usado para reduzir o valor principal devido, apenas juros e multa. Para a União, isso pode resultar em mais dinheiro em caixa, segundo a advogada. "Quando o contribuinte opta pelo uso de prejuízo fiscal é dinheiro que não entra para os cofres públicos", explica. A advogada diz também que o texto não abre novos editais ou apresenta novas teses para negociação.

Atualmente, existem dois editais de transação por adesão abertos. Um para créditos de até 60 salários mínimos (R\$ 91.080) de pessoa natural, microempreendedor individual, empresário individual, mi-croempresa e empresa de pequeno porte. O edital fica aberto até 31 de outubro. Nesse caso, é possível parcelar o débito em contencioso em até 55 prestações, reduzindo até 50% do valor total da dívida.

O outro edital aberto é para débitos de até R\$ 50 milhões. Os descontos variam conforme a classificação de recuperabilidade do valor. Pode haver redução de até 100% de juros, multas e encargos legais. A adesão também vai até 31 de outubro.

Segue aberta também a possibilidade de transação individual de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal de valor entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188258?page=14§ion=1>

Previdência está na raiz da bomba fiscal (Editorial)

Chega a ser surreal a insistência do governo federal em evitar um debate maduro sobre os gastos públicos. As evidências se acumulam, os fatos se manifestam com teimosia e eloquência a cada dia maior, e as lideranças no poder ignoram a necessidade premente de conter a explosão das despesas previdenciárias e assistenciais. Sem nova reforma da Previdência, o gasto do **INSS** crescerá R\$ 600 bilhões até 2040, quase 50% do patamar atual (R\$ 1,15 trilhão), apenas em razão da pressão demográfica. Essa é a conclusão de novo estudo do economista Daniel Duque, do Centro de Liderança Pública (CLP).

Apenas o pagamento de aposentadorias e benefícios alcançará 8,3% do **PIB** se nada for feito. "É praticamente um novo orçamento inteiro de saúde pública ou o dobro do que o país investe em infraestrutura", diz ele. O envelhecimento da população é uma boa notícia, pois viveremos mais. Mas tem ocorrido em ritmo mais rápido do que se previa. Com menos jovens contribuindo e mais idosos, é óbvio que o sistema não se sustenta. Uma nova reforma da Previdência é inevitável.

A despeito da reforma de 2019, a deterioração fiscal tem se agravado sobretudo em razão das contas da Previdência. Em especial dos gastos com aposentadorias urbana, rural e Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a deficientes ou idosos de baixa renda. Ao envelhecimento populacional e às taxas baixas de contribuição resultantes do desenho do sistema, soma-se um fator crítico: tais pagamentos, vinculados ao salário mínimo, sofrem reajustes acima da **inflação**, gerando crescimento da despesa acima dos limites do arcabouço fiscal e pressionando outros gastos.

O governo tem adotado medidas tíbias, insuficientes para conter a escalada nas despesas previdenciárias. É o caso da adequação dos reajustes do mínimo à regra do arcabouço, entre 0,6% e 2,5% além da **inflação**. Há também eventuais pentes-finos para evitar irregularidades e fraudes. Apesar de tudo isso, os gastos continuam explodindo.

Está claro - exceto para um governo que só pensa em gastar - que é inviável manter aposentadorias e BPC vinculados ao salário mínimo. Cerca de 70% dos beneficiários da Previdência recebem o mínimo, por isso são contemplados pela regra. Cada real de

aumento do mínimo eleva os gastos em R\$ 400 milhões. Os valores deveriam ser corrigidos pela **inflação**, que manteria o poder de compra dos segurados.

Outro sorvedouro de recursos é a vinculação dos pisos de Saúde e Educação à arrecadação. Duque estima que, com o envelhecimento populacional e a queda na quantidade de jovens, seria possível reduzir a despesa total sem diminuir o investimento por aluno. Ao mesmo tempo, diz ele, haverá pressão maior por gastos em saúde. A regra de vincular ambos às receitas se mostra inadequada para lidar com a realidade.

Soluções paliativas não resolvem, apenas adiam a bomba fiscal. O governo precisa enfrentar com seriedade as raízes da explosão nos gastos com aposentadorias e BPC. A desvinculação dos reajustes do salário mínimo, ou mesmo mudanças nas regras de correção do mínimo, podem ser medidas politicamente custosas. Mas o Planalto e o Congresso precisam ter em mente que, se alguma delas for aprovada, a reação do mercado será imediata, com impacto nos indicadores e no crescimento econômico, antes mesmo da próxima eleição. É preciso agir rápido.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Previdência está na raiz da bomba fiscal

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imposto para milionários pode ser menor

O deputado federal Arthur Lira disse ontem que não descarta fechar o relatório final do projeto que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5.000 ainda nesta semana ou na próxima e afirma que o texto poderá prever uma alíquota mínima menor do que a proposta pelo governo.

No lugar dos 10% para quem tem renda anual acima de R\$ 1,2 milhão, o relatório poderá prever 8% ou 9%. Segundo Lira, essa alíquota menor ainda garantiria a neutralidade do projeto, ou seja, a renúncia com a nova faixa de isenção seria cobertura por essa cobrança.

O relatório só será fechado se as bancadas partidárias fecharem entendimento de que o texto deve seguir na linha do que foi apresentado pelo governo, com a ampliação da isenção de um lado e a compensação dessa renúncia fiscal de outro.

Cobrança extra

O governo Lula prevê deixar de arrecadar R\$ 25,8 bilhões com a isenção e propôs cobrir essa renúncia com criação de um imposto mínimo efetivo sobre rendas mais altas e a cobrança sobre investimentos de estrangeiros.

A cobrança extra mira contribuintes que têm seus rendimentos concentrados em modalidades isentas (como lucros e dividendos) e, por isso, pagam uma alíquota efetiva mais baixa do que os trabalhadores em geral. A proposta do governo é a de cobrar esse imposto mínimo de quem ganha a partir de R\$ 600 mil, com uma alíquota progressiva.

Durante a reunião da comissão especial criada para discutir o projeto, líderes da oposição e do centrão cogitaram ampliar a discussão para uma reforma mais ampla da renda e incluir pontos da Medida Provisória (MP) nº 1.303, a que aumenta **impostos** para compensar a perda de arrecadação com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Ampliação desagradada governo

A possibilidade de ampliar o escopo do projeto desagradou o governo, pois poderia dificultar ainda mais a aprovação do projeto do Imposto de Renda. A isenção para quem ganha R\$ 5.000 e a redução para renda de até R\$ 7.000 são promessas de campanha de Lula e importante aceno à classe média.

"Se tudo for da maneira mais simples, a gente pode apresentar algum relatório nesta semana. Vai depender da conversa com o presidente da Casa [deputado Hugo Motta, do Republicanos] e com os líderes partidários", disse Lira, ao sair da reunião.

A manutenção da isenção e da cobrança de menos **impostos** para essas faixas de renda são consenso na comissão (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

47% das empresas estão inadimplentes

Da Redação

Quase metade (47%) das empresas do setor de alimentação fora do lar do estado estão inadimplentes, aponta levantamento da Associação de Bares e Restaurantes de Mato Grosso (Abrasel-MT).

O cenário é agravado pela pressão inflacionária sobre os negócios do segmento, que torna o reajuste de cardápios em uma missão espinhosa, já que a **inflação** do setor acumula alta de 7,70% em um ano, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

Ao todo, 29% dos empresários não aumentaram os preços nos cardápios nos últimos 12 meses, enquanto 69% reajustaram conforme ou abaixo do ideal. Apenas 2% dos empreendimentos revisaram os valores para o consumidor na ponta acima da **inflação**. Conforme o relatório mais recente da Abrasel, 6 em cada 10 estabelecimentos fecharam o mês com prejuízos ou, no máximo, em situação de estabilidade.

"Em meio a tantas discussões sobre aumento da carga tributária, esquecem que somos os maiores geradores de emprego do país. Precisamos de incentivos fiscais, taxas de juros viáveis e menos pressão. Nossas empresas estão no limite.

O setor precisa de mais apoio e mais sensibilidade", diz o presidente da Abrasel-MT, Daniel Teixeira. (JF)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Custo da cesta básica em Belém tem redução em junho

Rafael Rocha

No mês de junho, pela primeira vez neste ano, o custo da cesta básica de alimentos apresentou queda em Belém. O gasto total com a cesta de alimentos comercializada teve o valor de R\$ 709,04, uma redução de 2,39% em relação ao mês de maio, quando a mesma custou R\$ 726,38, de acordo com o levantamento divulgado ontem (8) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará (Dieese/PA).

A maioria dos 12 produtos básicos que compõem a cesta de alimentos dos paraenses apresentou recuos de preços no mês junino. Os destaques foram para o arroz, com queda de 9,55%, seguido do tomate (-5,45%), açúcar (-3,15%), óleo de soja (-2,97%) e carne bovina (-2,83%).

Everson Costa, supervisor técnico do Dieese/PA, ressalta que os recuos nos preços registrados em junho são pontuais e que quando é feita a análise comparativa do balanço do primeiro semestre, fica demonstrado que é preciso ter mais quedas de preços em itens da cesta básica para que o consumidor tenha uma sensação efetiva de preços mais baratos.

"Estamos falando aqui do segundo semestre, no qual a perspectiva é de novos recuos. Até lá, a cesta básica dos paraenses encerra o primeiro semestre com uma alta acumulada. Temos essa expectativa para novos recuos de preço, torcendo para que as condições climáticas e a nova safra de vários itens possam contribuir para que esses alimentos cheguem, principalmente aos paraenses, com preços bem mais em conta."

O levantamento do Dieese/PA mostra ainda que o custo da cesta básica para uma família composta por dois adultos e duas crianças é estimado em R\$ 2.127,12, sendo necessários, portanto, aproximadamente 1,4 salário mínimo, baseado no valor atual do salário em R\$ 1.518,00, para garantir as mínimas necessidades somente com alimentação do trabalhador e da família dele.

Apesar do recuo registrado no mês passado, o balanço realizado com base nas pesquisas do 1º semestre deste ano (janeiro a junho) mostra que a cesta básica comercializada em Belém acumulou alta

de 6,49%, percentual que supera em mais que o dobro a **inflação** estimada para o mesmo período, de 2,80%.

No mês de junho, o valor da cesta básica diminuiu

em 11 das 17 capitais onde o Dieese realiza mensalmente as pesquisas. Entre abril e maio deste ano, os recuos mais expressivos no custo ocorreram em Aracaju, com queda de 3,84%, seguido de Belém com diminuição de 2,39%. A capital paraense registrou, ainda, a sexta maior alta acumulada no custo total da cesta de alimentos no balanço do 1º semestre deste ano.

V

PRODUTOS

Arroz (quilo). Preço em junho: R\$:5,78. Variação mensal: -9,55%

Tomate (quilo). Preço em junho: R\$:9,72. Variação mensal: -5,45%

Açúcar (quilo). Preço em junho: R\$:5,53. Variação mensal:-3,15%

Óleo de soja (garrafa 900ml). Preço em junho:R\$ 8,49. Variação mensal: -2,97%

Carne (quilo). Preço em junho: R\$:41,26. Variação mensal: -2,83%

PESO

O aposentado Raimundo Nonato Silva, 80, explica que verificou que alguns itens tiveram queda, como o arroz, mas que outros produtos continuam pesando no bolso do consumidor. "Eu acho o custo alto da cesta básica. Tem itens que continuam com preço elevado, como café. Geralmente, eu compro as marcas que eu gosto, mesmo que algumas delas aumentem de preço", explica.

Para fazer comparativos e comprar os itens da cesta com os melhores valores, a auxiliar de serviços gerais Rosângela Santos, 40, afirma que faz compras alternadas em dois supermercados, uma forma que ela encontrou para listar os itens e marcas que gosta com os melhores preços. Ela diz que os valores dos

produtos estão cada vez mais altos e comprometendo o orçamento mensal. "Apesar disso, não dá pra ficar sem se alimentar."

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3183#book/>